



REVOLTA DOS POSSEIROS EM FRANCISCO BELTRÃO

Conflitos agrários no Paraná moderno

* Cecília Maria Westphalen
** Altiva Pilatti Balhana

Os anos da revelação das terras roxas do Paraná caracterizam-se, na história regional, como tempo de negócios de terras. Negócios que, pela movimentação fundiária, favoreciam a ascensão do Paraná moderno, mas que também convulsionaram a comunidade paranaense. Seria este o período mais agitado da história da ocupação da terra pelos proprietários privados.

A obra colonizadora das companhias de terras, que operavam com seriedade e aquela do governo do estado, como agente colonizador, constituem o eixo propulsor da repartição da terra e sua efetiva ocupação. Elas se fizeram sob o regime da pequena propriedade, salvo casos excepcionais e em áreas restritas. Também em função da produção agrícola, notadamen-

te do café, ao norte, e dos cereais, no sudoeste e oeste paranaense.

A região Norte, graças à ação da Companhia de Terras Norte do Paraná, pôde experimentar, além de outras razões favoráveis da conjuntura, progresso rápido, em virtude das condições de segurança do direito de propriedade. Da mesma maneira, a atuação da Maripã, no oeste paranaense, deu aos colonos condições de tranquilidade indispensáveis à sua fixação.

Adquirindo o lote, o lavrador logo e de modo seguro tornava-se o proprietário do seu sítio ou colônia. Se eram duros os tempos da abertura da mata e das primeiras roças, trabalhavam em terra sua e não eram molestados por questões de posse e domínio da terra.

Mas, se esta foi a regra que fez povoar as regiões do Paraná moderno, pontos houveram em que as questões de terras assumiram graves aspectos conflitantes. Não faltou a especulação nos negócios de terras, nem tão pouco o ludíbrio de lavradores, nem a exploração dos trabalhadores rurais.

Se, de um lado, a segurança do direito de propriedade atraíu milhares de lavradores, desejosos do legítimo acesso à terra, a exuberância e a riqueza das glebas paranaenses, de outro, atraíram também aventureiros em busca de toda a sorte de facilidades. Acresce, ainda, o fato de que, além da colonização particular, espontânea ou dirigida, e da oficial, houve, muitas vezes, a ocupação pura e simples de terras devolutas, ou pertencentes a particulares ausentes.

Configurou-se, neste caso, a **posse** quando muitos colonos estabeleceram-se em terras devolutas ou abandonadas, com cultura efetiva e morada habitual. Em conseqüência, quando o estado vendeu as terras, ou desejou ele próprio colonizá-las, muitos lotes e mesmo glebas inteiras já se encontravam ocupadas pelos posseiros, o mesmo acontecendo em terras particulares.

A venda de terras devolutas, ou de terras oriundas de antigas con-



Família de Otávio Kischener (Coponema, 1957)

cessões anuladas, a companhias colonizadoras, ou a requerentes individuais, traria a necessidade da regularização da situação dos posseiros nelas encontrados, ou a sua retirada, nem sempre pacífica. Outras vezes, a ocupação de terras devolutas, ou pertencentes a particulares ausentes, foi deliberada, caracterizando-se a **intrusão**, ou seja a modalidade ilícita de ocupação e posse da terra. Em todo Paraná, onde se verificaram negócios de terras surgiu a indústria da intrusão, desinteressados os intrusos na legalização de suas posses, objetivando o recebimento de novas terras pela sua saída, ou o pagamento de indenizações pelas benfeitorias realizadas.

Muitas vezes a **intrusão** era violenta, quando aventureiros entravam e instalavam-se, pela força, em terras alienadas, porém com os títulos definitivos não expedidos, exigindo quantias de vulto para abandoná-las, não faltando ameaças de sevícias e morte. Estes invasores operavam para grupos poderosos, interessados na formação de **grilos**.

A prática organizada da **grilagem**, por espertos aventureiros, hábeis no apossamento de terras alheias, com base em falsos títulos de propriedade, perturbou também no Paraná, os negócios de terras, a efetiva ocupação e o reconhecimento dos direitos dos legítimos proprietários, ainda que humildes posseiros.

Intrusos e grileiros, via de regra com o concurso de **jagunços**, pistoleiros de ofício, intranquilizavam sítiantes e posseiros, obrigados muitas vezes, a reagir à bala, de sorte que capítulos da história da ocupação do

Paraná moderno, foram escritos com fogo e sangue.

No norte do Paraná, questões de terras deram lugar inclusive a movimentos armados de importância. Devem ser referidos aqueles de Jaguapitã e Porecatu.

Em Jaguapitã, milhares de lavradores, integrando cerca de 1.500 famílias, posseiros de terras devolutas, ou intrusos em terras particulares, desde 1946 passaram a viver em estado de alarma. Muitos foram esbulhados em suas posses, em favor de poderosos proprietários, outros despejados com violência.

Gravíssimas ocorrências registram-se a partir de agosto de 1947, quando um grupo armado tentou ocupar as terras da Fazenda Guaracy, e os sítiantes reagiram à bala, deixando um saldo de vários mortos e inúmeros feridos. O tiroteio prolongou-se por alguns dias. Os lavradores enviaram suas famílias para os matos, e permaneciam atocaiados pelos picadões, com o dedo no gatilho, a fim de defender suas posses contra novos assaltos.

O governo do estado prometera-lhes, em abril, terras devolutas, no vale do Paranavaí. Dez alqueires para cada família, uma casa de madeira e transporte, caso deixassem a região. Diante da promessa, os lavradores ultimaram suas colheitas, reuniram suas ferramentas, prepararam os ranchos para o desmonte e remoção, e não plantaram face à proximidade da mudança. Mas o governo não consumou a promessa e ficaram os lavradores e suas famílias, sob as agruras do inverno, sem

novas colheitas, sem produção e mesmo sem alimentos. Foi esta situação aflitiva que provocou a reação dos sitiante de Jaguapitã.

Propaga-se o temor de que a atitude dos posseiros de Jaguapitã encontre seguidores em todo o norte do Paraná, pois que são inúmeros os casos de luta pela posse da terra e de exploração dos sertanejos. O clima, aliás, é o mesmo em muitas regiões do Norte: terras invadidas e defendidas à mão armada.

No final de 1950, o Paraná viveu dias tumultuosos com as questões de terras agravadas. Foi nestas circunstâncias que ocorreu a revolta dos lavradores de Porecatu. O governo do estado anulou a concessão Alves Almeida e iniciou, nessas terras, um plano de colonização, introduzindo colonos nacionais, sem porém haver regularizado a expedição dos títulos de domínio pleno. Atraídos pela notícia da anulação e da colonização oficial, inúmeros caboclos vieram fixar-se nessas terras, ali tirando suas posses. Ocuparam terras do estado, mas introduziram-se também em terras particulares.

Os colonos de Porecatu, a quem, como àqueles de Jaguapitã, o governo do estado prometera novos lotes, casas e transporte, e que nada receberam, e ainda se viam na iminência de perder o trabalho da derrubada da mata, do preparo da terra, roças, ranchos e plantações de café, encontravam-se numa situação limite e, portanto, de fácil manipulação por parte de agitadores.

Caboclos insatisfeitos, temendo perder suas posses e lavouras ante as ameaças de despejo, aventureiros e negociistas intrometidos na questão, proprietários ávidos em resolvê-la em seu favor, políticos interessados em terras ou em votos, a atuação dos comunistas, são fatos que contribuíram para criar o clima propício à sublevação daqueles desesperançados da ação imparcial do governo do estado. Sublevação, aliás, que culminaria em revolta armada de centenas de posseiros na região de Porecatu.

Muitos proprietários, não desejando a ação violenta da Polícia Estadual nas ocasiões de despejo, preferiam entrar em acordo com os posseiros e mesmo com intrusos, pagando-lhes indenização.

A disputa em torno de um caso de indenização motivaria a formação de um grupo de posseiros rebelados, decididos a não se retirar das terras ocupadas, sem que tivessem um lugar para onde ir. O assassinato de um emissário que tentava acordo com um dos componentes do grupo, precipitaria a deflagração da luta.

Quando a Polícia tentava alcançar o esconderijo dos rebelados, foi atocaiada. Os lavradores sublevados estavam bem armados e municados.

No primeiro encontro morreram quatro lavradores, enquanto que a Polícia apresenta seis baixas. A relação, porém, dos feridos é grande com muitos desaparecidos.

Animados pela vitória sobre a força policial, os rebelados invadem as terras ocupadas por governistas. Reforços policiais são enviados a Porecatu. Novo tiroteio é travado entre os lavradores e a Polícia. Os rebeldes levam a melhor. Conhecedores da região, podem atirar com segurança e refugiar-se nas matas. Os chefes da rebelião, protegidos pelos posseiros, internam-se na mata a fim de preparar a resistência. Cem homens da Polícia Militar guarnecem Porecatu, armados de fuzis e metralhadoras. A população da cidade está em pânico, receiosa de um ataque armado dos posseiros. Estes, porém, permanecem internados nas matas.

A ameaça de revolta generalizada nos meios rurais do norte levou o governo do estado, em junho de 1951, a enviar novos contingentes para a região de Porecatu. Cerca de 300 a 400 sertanejos armados encontravam-se, nessa ocasião, emboscados nas matas e picadões, de onde saíam apenas para incendiar, roubar, e mesmo matar, defendendo seu direito às terras.

A força policial em Porecatu, com 250 homens, todavia, foi ocupando, sem luta armada, diversas localidades, focos de agitação. Os lavrado-

res foram atraídos ao entendimento e desarmados.

Os conflitos de terras, no entanto, continuaram a suceder-se no Paraná, agravando-se em 1957, tendo como cenário o sudoeste, procurado pelas ondas povoadoras vindas do Sul.

A inquietação agrária no sudoeste cresceu desde a operação de terras, realizada pela Superintendência das Empresas Incorporadas ao patrimônio da União, em favor da Companhia Imobiliária Clevelândia Industrial e Territorial Limitada - Citla, pertencentes à antiga Companhia da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande. Eram as terras de Missões e Chopim, onde o estado já alienara diversos imóveis, expedindo títulos de domínio pleno e permitira a localização de cerca de 15 mil posseiros. A União também ali localizara a Colônia Agrícola General Osório - Congo, e a própria Superintendência vendera à Companhia Pinho e Terras Limitada, cerca de 10 mil alqueires de terra.

O estado do Paraná, a União e a Citla disputavam o domínio pleno dessas glebas.

No decorrer da demanda judicial, milhares de colonos, vindos sobretudo do Rio Grande do Sul, estabeleceram ali morada habitual e cultura efetiva, tirando suas posses em terras que acreditavam devolutas.

Muitos desses colonos haviam chegado entre 1940 e 1942, portanto, anteriormente à entrada da Citla na região. Havia requerido suas terras, mas não haviam conseguido despacho, dadas as complicações de terras e a demora da burocracia estadual.

A Citla, no entanto, tudo conseguiu em tempo rápido, vendendo parte de suas terras a outras companhias que passaram a operar na região. Tais foram, por exemplo, a Companhia Apucarana e a Companhia Comercial Agrícola Paranaense Limitada.

Estas últimas agiam com violência, denunciada desde abril de 1957, na Assembléia Legislativa Estadual. O seu objetivo era obter dinheiro, ou seja, conseguir dos posseiros pagamento pelas terras que ocupavam

desde anos. Entre os meses de maio e agosto redobra a violência. Jagunços, em número de três ou quatro, ou mais, percorriam as colônias (sítios), obrigando os posseiros a assinar contratos de compra da terra que já cultivavam e onde tinham suas casas. Os colonos que tinham certeza da legitimidade de sua posse e contestavam o domínio invocado pelas companhias, não assinavam e não pagavam.

As companhias com jagunços a seu serviço, impediam as queimadas e o preparo de novas roças e plantações, incendiavam casas e paióis, matavam animais, e os próprios lavradores, em represália. Frequentes eram as mortes "de espera", quando os posseiros, nos picadões e estradas, morriam varados pelas balas de fuzis e "winchesters", ou atocaiados nas barrancas dos rios que carregavam os corpos.

O quadro é o mesmo em todo o sudoeste e oeste do Paraná. Em Capanema, Francisco Beltrão, Pato Branco, Cascavel, Cruzeiro do Oeste, Góio-Erê, Guaíra, as famílias são escoraçadas de suas terras.

Em agosto de 1957 a situação é explosiva no sudoeste. Centenas de colonos estão escondidos nos matos, a fim de escapar à ação violenta de companhias mercenárias e sem escrúpulos.

Muitos, porém, cansados dos vexames a que eram submetidos, da insegurança diária em que viviam e, sobretudo, não mais confiando nas autoridades estaduais, acusadas de boa vontade para com as companhias, estavam dispostos a reagir e enfrentar os jagunços.

A 8 e 9 de agosto são denunciados conflitos em Pato Branco, com mortos e feridos, o mesmo acontecendo em Francisco Beltrão. Toda a região está convulsionada. As companhias concentraram a jagunçada ante o aviso dos colonos de Capanema que, em represália, haviam morto o gerente da Companhia Apucarana. A 14 de setembro verifica-se a tocaia do quilômetro 17 da estrada que vai de Santo Antonio a Capanema, quando os colonos atacaram uma caminhonete que deveria con-



1º rancho de colonos gaúchos (Francisco Beltrão, 1968)

duzir jagunços, fazendo alguns mortos. Com receio do revide da jagunçada e da ação repressiva da Polícia, cerca de dois mil posseiros ocuparam Capanema, obstruindo a estrada de Santo Antonio e paralisando o movimento do aeroporto próximo.

A situação é de insegurança em todo sudoeste. O tiroteio é constante. Centenas de colonos refugiam-se nas matas ribeirinhas do Capanema. Ante a ameaça geral, brasileiros de Santo Antonio, refugiam-se em território argentino.

Esta busca de proteção no exterior, divulgou a rebelião dos posseiros do sudoeste. Telegramas da United Press anunciam o deflagrar da "revolucion agraria brasileira". Notícias de Posadas dão conta que 1300 brasileiros encontram-se refugiados na Argentina e que morreram 50 pessoas na revolta de Santo Antonio e Capanema.

Tais notícias tiveram repercussão em todo país, sobretudo no Paraná, onde autoridades estaduais são acusadas de comprometimento com as companhias.

O clima de revolta alastra-se. As companhias continuavam operando e impunemente cometendo violências em Francisco Beltrão e Pato Branco. A 11 de outubro explode a revolta em Pato Branco, onde o temor de ataque de jagunços fez explodir a revolução branca. Convocados pelo rádio local, os cidadãos reuniram-se em Assembléia Geral do Povo que elegeu uma Junta Governativa da cidade, encarregada da sua defesa, enquanto não chegassem tropas regulares para guamecê-la. Os colonos concentram-se na cidade, as estradas são vigiadas. Por

sua vez, a população de Francisco Beltrão, que já atacara os escritórios da Citla, e destruiu seus papéis, adere à revolta de Pato Branco. Capanema e Santo Antonio também instalam juntas governativas.

Liderados pela Junta Governativa de Pato Branco, os revoltosos impõem condições às autoridades, somente se dispersarão com o fechamento dos escritórios das companhias na região e a mudança de juizes e promotores considerados coniventes com as mesmas.

As Juntas tiveram vida efêmera, dissolvendo-se com a entrada de tropas da Polícia Militar, voltando a autoridade regular aos governos municipais.

A revolta agrária, todavia, somente se acalmaria com a proibição de atividades das companhias na região, obrigadas a fechar seus escritórios.

Somente pela ação do novo governo do estado, em 1961, limpando a área da ação dos jagunços, e com a desapropriação, pela presidência da República, das terras disputadas pela Citla e suas subsidiárias, teria solução o grave problema de terras no sudoeste e oeste do Paraná.

No plano social-econômico, a ocupação colonizadora resultou na implantação de uma reforma agrária fundada na pequena propriedade. Efetivada porém pela luta de posseiros e pequenos lavradores que, a duras penas, defenderam sua oportunidade e seu direito de acesso à terra.

(*) Este artigo constitui uma adaptação para Travessia, de um estudo levado a termo em setembro de 1968.

(**) Da Universidade Federal do Paraná.